

## **Portugal e Cabo Verde iniciam projeto de cooperação para melhorar a integração dos imigrantes na sociedade cabo- verdiana**

Realizou-se hoje, dia 22 de dezembro, um evento conjunto entre Portugal e Cabo Verde para assinalar o arranque das atividades do projeto “Coop4Int”, um projeto que tem como objetivo geral reforçar os mecanismos de integração dos imigrantes na sociedade cabo-verdiana, fortalecendo simultaneamente as prioridades definidas no quadro de cooperação entre os dois países.

O evento de lançamento do projeto contou com a participação do Primeiro Ministro de Cabo Verde, Ulisses Correia e Silva, e da Ministra de Estado e da Presidência de Portugal, Mariana Vieira da Silva, tendo estado também presentes representantes da Comissão Europeia e do International Centre for Migration Policy Development (ICMPD), bem como das entidades parceiras do projeto, nomeadamente, o Alto Comissariado para as Migrações, a Alta Autoridade para a Imigração, o Instituto Politécnico de Bragança e o ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa.

A Ministra de Estado e da Presidência aproveitou a ocasião para sublinhar que os fortes laços que unem Portugal e Cabo Verde “são convocados para encontrar repostas comuns aos desafios dos nossos tempos”, acrescentando que “a relação próxima e cordial” entre a Alta Autoridade para a Imigração e o Alto Comissariado para as Migrações “fica vertida num projeto robusto”.

O Primeiro-Ministro de Cabo Verde referiu, ainda, que “as migrações são uma prioridade para o país” e salientou a importância da cooperação com as autoridades portuguesas para a partilha das boas práticas na integração de migrantes que inspiram o modelo de Cabo Verde.

O projeto “Coop4Int - Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde” é financiado através da Migration Partnership Facility III, implementado pelo ICMPD, e traduz-se na implementação em Cabo Verde de uma resposta pública de apoio à integração de migrantes com características e funções similares ao modelo português, para além do reforço das capacidades institucionais e da produção de estudos sobre a realidade migratória em Cabo Verde.

Este projeto iniciou-se a 1 de dezembro e tem uma duração de 37 meses.

Governo tem 217 ME para intervenções nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem

Sertã, Castelo Branco, 22 dez 2021 (Lusa) – O Governo tem uma dotação financeira de 217 milhões de euros (ME) para intervenções nas Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP), cuja meta já foi superada com a constituição de 70, em 2021.

Estou muito satisfeito. Tínhamos uma meta, constituir 60 AIGP até 2023. Ter conseguido 70 ainda em 2021, é a prova de que a política é a certa e também é a prova de que os atores locais, nomeadamente as autarquias, estão muito empenhados em concretizá-la”, afirmou João Pedro Matos Fernandes.

O ministro do Ambiente e da Ação Climática esteve hoje na Sertã, distrito de Castelo Branco, para presidir à cerimónia da assinatura dos contratos-programa das 23 AIGP da segunda fase de candidatura.

O governante realçou o papel das autarquias e dos produtores florestais na implementação destas AIGP: “É impossível ser feito por outras entidades que não as autarquias ou os produtores florestais. 70 AIGP, que representam 140 mil hectares - isto já tem expressão - mas o que é de facto verdadeiramente relevante é perceber que dentro destes 141 mil hectares a área média da propriedade é de 0,48 hectares”.

“Esta é a floresta que temos. Por isso, é que é tão difícil intervir nela e, por isso, aconteceu o que aconteceu e, por isso, este programa não existe sozinho”, frisou.

João Pedro Matos Fernandes realçou a necessidade, não só de ter aqui uma verba para as intervenções (217 milhões de euros), como também adiantou que, findas essas intervenções, virão 190 milhões de euros, a cada ano, “para remunerar serviços de ecossistemas e garantir

que esta empreitada de transformação que não é inaugurável, ainda assim não se esgota no dia em que parece estar concluída”.

“Estou muito satisfeito com o andamento de todo este processo. Isto é um facto. Tudo aquilo com que nos comprometemos está lançado e até está antecipado nos prazos. Por isso, acreditando profundamente que este é o caminho, acho que estamos a criar condições para Portugal ter menos fogos e, sobretudo, ter muito menos grandes fogos”.

As AIGP visam uma abordagem territorial integrada para dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e de aumento de área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência aos incêndios, a valorização do capital natural e a promoção da economia rural.

Nestas áreas serão criadas as condições necessárias para o desenvolvimento de Operações Integradas de Gestão da Paisagem (OIGP) a executar num modelo de gestão agrupada da responsabilidade de uma entidade gestora e suportada por um programa multifundos, de longo prazo, que disponibiliza apoios ao investimento inicial, às ações de manutenção e gestão ao longo do tempo e à remuneração dos serviços dos ecossistemas.

As 70 AIGP já constituídas abrangem 37 concelhos, sendo que 41 foram propostas por autarquias e 29 por organizações de produtores agrícolas ou florestais.

Envolvem 141 mil hectares de área em territórios vulneráveis e um total de 292 mil prédios, dos quais cerca de 197 mil sem cadastro.